

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.553 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 30 DE AGOSTO DE 2002

Orçamento de mais de R\$ 1 trilhão já está tramitando no Congresso

Proposta entregue pelo ministro do Planejamento foi lida imediatamente em sessão conjunta, dando início à contagem dos prazos estabelecidos pela legislação. Relator da matéria será o senador Sérgio Machado



Guilherme Dias entrega o projeto de Lei Orçamentária ao vice-presidente do Congresso, deputado Efraim Morais

O ministro do Planejamento, Guilherme Dias, entregou na manhã de ontem ao primeiro-vice-presidente do Congresso, deputado Efraim Morais, a proposta de Orçamento da União para 2003. O texto foi lido pouco depois em sessão conjunta do Senado e da Câmara, iniciando sua tramitação no Legislativo. De acordo com os prazos legais, até dia 17 de setembro o projeto, que prevê despesa total de R\$ 1,009 trilhão, deverá ser debatido em audiências públicas na Comissão Mista de Orçamento. O senador Sérgio Machado foi confirmado como relator-geral da proposta.

PÁGINA 3

Governo prevê salário mínimo de R\$ 211 em abril

PÁGINA 4

Proposta de Suplicy contra a pobreza será examinada pela Câmara

PÁGINA 2



Lauro deu parecer favorável a proposta sobre qualificação profissional

CAE analisa incentivo para quem qualifica empregado

PÁGINA 4



Heloisa tenta anular reunião da CAE em que a proposta foi aprovada

Heloisa e Viana contestam projeto de renegociação da dívida de Alagoas

PÁGINA 2

Jucá anuncia medida provisória sobre cobrança cumulativa do PIS

O vice-líder do governo no Senado, Romero Jucá, diz que o Executivo deve editar logo medida provisória para acabar com a cobrança cumulativa do PIS. O texto pode incluir parcelamento de débitos tributários.

PÁGINA 2



Ricardo Santos pretende corrigir norma que inibe doações das empresas

Santos sugere isentar de tributos as doações de bens e serviços

PÁGINA 4



Waldeck Ornélas propõe beneficiar também fundos de assistência social

Ornélas quer ampliar estímulo a contribuição para fundos

PÁGINA 4

Câmara examina projeto de Suplicy contra pobreza

Aprovada por unanimidade no Senado, proposta determina que Executivo estabeleça metas para redução de desigualdades sociais

Será votado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados o projeto de lei de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que visa “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, como prevê o parágrafo 3º da Constituição federal.

O projeto determina que o presidente da República, no início de seu mandato, estabeleça “metas regionais de erradicação da pobreza e diminuição das desigualdades socioeconômicas, a serem atingidas ao longo do período de seu governo”. Essas metas, de acordo com o texto aprovado, devem ser comunicadas ao Congresso Nacional, permitindo o acompanhamento do esforço de redução do número de famílias que vivem em situação de pobreza.

O projeto define como linha oficial de pobreza “o rendimento



Proposta de Suplicy define linha oficial de pobreza como padrão mínimo de renda

anual mínimo necessário para que um grupo familiar ou uma pessoa que viva sozinha possam suprir suas necessidades vitais”. A proposta determina ainda que o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Orçamento anual e os planos e programas nacionais incluam a erradicação da pobreza como uma de suas metas, bem como os meios necessários para o seu atingimento.

No Senado, a matéria foi aprovada em caráter terminativo por unanimidade na Comissão de As-

suntos Sociais (CAS), seguindo diretamente para a Câmara dos Deputados. Antes, foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Na Câmara, o projeto foi aprovado, por unanimidade, pela Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) e aguarda deliberação da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) para seguir ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR). Se, ao final, for aprovado sem alterações, o projeto vai à sanção presidencial. Se for modificado, retorna para reexame pelos senadores.

Na justificativa do projeto, Eduardo Suplicy cita dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que confirmam a falta de avanço na distribuição de renda no país. Para o senador, os números da desigualdade são alarmantes e a redução da pobreza é uma grande responsabilidade do governo.

Heloísa e Viana querem anular decisão da CAE

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) e o senador Tião Viana (PT-AC) afirmaram ontem que vão entrar com recurso na Presidência do Senado para que seja anulada a reunião de quarta-feira da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na oportunidade, foi aprovado projeto permitindo a assinatura final da renegociação da dívida mobiliária de Alagoas com a União, no valor de R\$ 807,1 milhões. A matéria ainda depende de votação no Plenário da Casa.

Heloísa Helena criticou a articulação da bancada governista para



Roosevelt Pinheiro



Roosevelt Pinheiro

Heloísa Helena e Tião Viana disseram que vão recorrer à Presidência do Senado

que o colegiado pudesse realizar a reunião. Ela lembrou que o Judiciário e o Ministério Público já decretaram a nulidade do processo e que tentar ressuscitá-lo irá aumentar a dívida do estado.

— Em hipótese alguma vou acei-

tar que um dos estados mais pobres da União se endivide ainda mais, assumindo uma dívida cujos únicos beneficiários serão empreiteiros e banqueiros ligados àqueles que promovem a corrupção — afirmou a senadora.

Mudança tributária sai via MP, anuncia Romero Jucá

O vice-líder do governo Romero Jucá (PSDB-RR) informou ontem que o presidente da República poderia editar até hoje medida provisória (MP) pondo um fim na cobrança cumulativa do PIS e da Cofins. Denominada minirreforma tributária, a matéria não chegou a ser votada na Câmara dos Deputados.

No entanto, disse, ainda não havia uma posição fechada em relação ao parcelamento dos débitos tributários de estados, municípios, Distrito Federal, empresas públicas e privadas em processo de falência ou de liquidação, previsto na Medida Provisória nº 38, que está obstruindo a pauta da Câmara dos Deputados.

— Não há decisão se esse parcelamento será incluído na mesma MP que termina com a cumulatividade, ou se merecerá uma medida provi-

sória à parte — destacou Jucá. Mas acrescentou que os parlamentares estão “lutando” para que seja definida logo essa renegociação fiscal, de forma a acabar com a inadimplência de vários setores produtivos.

Jucá explicou que a Receita Federal e o Ministério da Previdência e Assistência Social ainda estão negociando uma sistemática de reescalonamento das dívidas que não privilegie quem estava atrasado, “mas também não mate os inadimplentes”.

O vice-líder do governo afirmou que, no momento em que a Câmara voltar a discutir a MP nº 38, poderá haver um entendimento para se retirar do texto do relator o que já estiver sendo tratado por essa nova medida provisória, evitando, assim, duplicidade de normas legais.



A *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. A desta edição foi veiculada pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta ou sugestão respondida nesta coluna, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* — 0800 661 2211 — e autorizando a publicação.

Agenor Polevi, de Coronel Vivida (PR):

Quero sugerir aos senadores um incentivo ao homem do campo, por meio da criação de uma linha de crédito para a construção da casa própria.

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) responde:

É necessário incentivar a permanência e a atividade do pequeno agricultor para que ele permaneça em sua propriedade, produzindo. Para isso, deve receber ajuda do governo, inclusive assistência médica. É importante esse apoio para o agricultor não se tornar um retirante. As nossas cidades já estão muito inchadas, as periferias lotadas de pessoas sem trabalho e sem boas condições de vida.

União movimentará mais de R\$ 1 trilhão em 2003

Proposta de Orçamento da União para o ano que vem é entregue ao Congresso Nacional pelo ministro do Planejamento, Guilherme Dias. Pagamento de juros deve consumir R\$ 93,6 bilhões

O Congresso Nacional recebeu ontem a proposta do Orçamento da União para 2003, que prevê uma despesa total de R\$ 1,009 trilhão, incluindo-se aí o refinanciamento da dívida pública mobiliária federal, estimado em R\$ 512,3 bilhões.

O governo espera gastar no ano que vem R\$ 76,4 bilhões com pessoal e encargos sociais, contra os R\$ 71,7 bilhões gastos este ano (um aumento de 6,5%). O déficit da Previdência Social está estimado em R\$ 19,6 bilhões para 2003, resultado de uma arrecadação de R\$ 78,3 bilhões, contra um total de gastos de R\$ 97,9 bilhões.

Pela proposta, o governo deverá desembolsar R\$ 93,6 bilhões para o pagamento de juros e encargos da dívida pública mobiliária e contratual. Desse total, R\$ 70,2 bilhões referem-se ao pagamento de custos da dívida interna, e R\$ 23,4 bilhões, à dívida externa.

Excluídos os recursos das empresas estatais federais, o governo espera investir R\$ 7,3 bilhões em todos os setores, contra os R\$ 8,4 bilhões investidos este ano — uma queda de 13%. Desse total, R\$ 6,5 bilhões serão provenientes

do Tesouro Nacional e R\$ 870,23 milhões, de outras fontes.

As transferências constitucionais para estados e municípios estão previstas em R\$ 49,7 bilhões. As receitas totais do Tesouro Nacional, em R\$ 249,6 bilhões. As despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, em R\$ 2,7 bilhões.

Do total de gastos da União previstos para 2003, R\$ 1,99 bilhão está destinado à reserva de contingência, rubrica que cobre gastos emergenciais (calamidades públicas, secas, enchentes etc.).

Segundo técnicos da Comissão de Orçamento, os parlamentares somente poderão mexer, com suas emendas, nas despesas discricio-

nárias, orçadas em R\$ 32 bilhões. Mesmo assim, nessa rubrica há gastos que não podem ser alterados, como os de custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo, disse tratar-se de programa austero e com certa dose de imprevisibilidade, por conta da conjuntura econômica pós-eleitoral. O projeto foi entregue ao Congresso pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, e recebido pelo deputado Efraim Moraes (PFL-PB), primeiro-vice-presidente do Congresso, que se fez acompanhar pelos senadores Romero Jucá, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Nabor Júnior (PMDB-AC) e Valmir Amaral (PMDB-DF).



O ministro Guilherme Dias (segundo à direita) entrega a proposta aos congressistas

Governo prevê queda de juros para 16,26% ao ano

O Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 3% em 2003, contra 1,5% esperado para 2002. Os juros, por sua vez, devem cair dos atuais 18% (taxa Selic — Sistema Especial de Liquidação e Custódia) para 16,26% ao ano, e a inflação deve cair de 8,8% ao ano (pelo Índice Geral de Preços, Demanda Interna — IGP/DI), para 6%.

O governo estima ainda que a taxa de câmbio, tanto em termos de média anual quanto ao final do exercício de 2003, seja de R\$ 2,9 por dólar norte-americano. Prevê-se superávit primário (receitas menos despe-

sas, exclusive as despesas com juros da dívida) equivalente a 2,8% do PIB, apenas para o governo central (União mais estatais). Considerando a contribuição superavitária das contas públicas de estados e municípios, essa relação se eleva para 3,75% do PIB.

Na área de desenvolvimento social, o governo espera gastar R\$ 142,97 bilhões, dos quais R\$ 96,6 bilhões com a Previdência Social; R\$ 21,5 bilhões com saúde; R\$ 7,9 bilhões com educação; R\$ 7,7 bilhões com trabalho e emprego; R\$ 6,87 bilhões com assistência social; R\$

1,28 bilhão com organização agrária; R\$ 608,8 milhões com saneamento e habitação; R\$ 273,1 milhões em direitos da cidadania; e R\$ 316,7 milhões em cultura e desporto.

Estão estimadas despesas de R\$ 26,69 bilhões em infra-estrutura, contra R\$ 24,46 bilhões neste ano (aumento de 9,1%); R\$ 8,7 bilhões na produção, contra R\$ 8,4 bilhões em 2002 (aumento de 3,6%); R\$ 8,4 bilhões em Administração, contra R\$ 9,78 bilhões neste ano (queda de 14,1%); e R\$ 4,2 bilhões em defesa e segurança, contra R\$ 4,7 bilhões em 2002 (queda de 10,6%).



Mozarildo Cavalcanti faz a leitura da proposta enviada pelo Executivo

Comissão promove audiências públicas até 17 de setembro

O projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o próximo exercício financeiro, foi lido ontem durante sessão conjunta do Congresso Nacional. O primeiro-vice-presidente do Congresso, deputado Efraim Moraes (PFL-PB), que presidiu a sessão, apresentou o calendário de tramitação da matéria na Comissão Mista de Orçamento (CMO), além de encaminhar a leitura de mais cinco projetos que abrem créditos especiais e suplementares ao Orçamento da União deste ano.

Lido pelo 4º secretário da Mesa do Senado, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o projeto da Lei Orçamentária de 2003 deverá ser debatido em audiências públicas na CMO até 17 de setembro. O relator-geral, Sérgio Machado (PMDB-CE), tem até 22 de

setembro para apresentar parecer preliminar, que poderá receber emendas parlamentares até o dia 25 e deve ser votado até 1º de outubro.

Aprovado o parecer preliminar, a CMO reabre, até 16 de outubro, o prazo para oferecimento de emendas. Já a apresentação, publicação, distribuição e votação dos pareceres setoriais das subcomissões temáticas devem ocorrer até 11 de novembro. Está prevista a votação do parecer final à proposta orçamentária até 1º de dezembro, devendo ser encaminhado à Mesa do Congresso até 6 de dezembro.

Efraim Moraes também anunciou a tramitação na CMO de cinco projetos relativos a créditos especiais e suplementares, cujos pareceres finais devem ser encaminhados à Mesa do Congresso Nacional até 26 de setembro.

Lei inclui três orçamentos

A Lei Orçamentária Anual (LOA) detalha toda a programação de receitas e despesas dos Poderes da União para o ano seguinte. Ela é composta de três orçamentos: fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais federais. Os dois primeiros tratam de todos os gastos da União, como os desembolsos para folha de pessoal, educação, saúde, construção de estradas, juros da dívida interna, entre outros. O projeto de lei do Orçamento deve ser enviado anualmente ao Congresso até 31 de agosto e votado até o encerramento dos trabalhos legislativos.

Romero Jucá defende tramitação em rito sumário

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), vice-líder do governo no Senado, defendeu ontem que o projeto de lei orçamentária para 2003 seja submetido a tramitação em rito sumário. Ele disse que está mantendo entendimentos com o presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), para que sejam fixados prazos mais curtos para a análise e a votação dos relatórios setoriais. O período para o recebi-

mento de emendas, de 30 dias, seria encerrado logo após o segundo turno das eleições (27 de outubro), quando então, conforme o parlamentar, poderia ser adotado um cronograma rígido para que a votação do projeto de lei seja concluída até 15 de dezembro.

Jucá confirmou que o relator do Orçamento será o senador Sérgio Machado (PMDB-CE), conforme indicação do líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). Os dez relatores

setoriais serão escolhidos pelos líderes dos partidos que estão representados na comissão.

Já o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu uma prorrogação dos trabalhos do Legislativo se não for possível cumprir ainda neste exercício a votação da proposta orçamentária.

A expectativa do ministro do Planejamento, Guilherme Dias, é que o Congresso consiga repetir o que fez nos últimos dois anos, aprovando o

Orçamento no mesmo exercício em que foi encaminhado pelo Executivo. Isso permitirá que o futuro governo inicie a sua administração executando o seu próprio Orçamento, já que o presidente eleito e sua equipe terão condição de discutir a proposta com o Congresso. Ele observou que a postura do presidente Fernando Henrique tem sido a de garantir uma transição administrativa "a mais organizada e transparente possível".



O senador Sérgio Machado foi confirmado como relator-geral do Orçamento para 2003

Executivo prevê aumento de R\$ 11 para o mínimo

Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada pelo Congresso, previa reajuste de R\$ 40. Proposta do presidente eleva o salário para R\$ 211

O projeto do Orçamento da União para o ano que vem, enviado ontem pelo presidente da República ao Congresso, prevê um aumento de R\$ 11 para o salário mínimo no dia 1º de abril de 2003. Isso significa um reajuste de 5,5%, índice idêntico ao da inflação projetada pelo governo desde que o mínimo subiu para R\$ 200.

Durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em junho último, os líderes dos partidos no Congresso concordaram que o salário mínimo deveria subir para cerca de R\$ 240, mas o presidente da República vetou um artigo que indicava a fonte de dinheiro para bancar o aumento. O assunto, no entanto, só deverá ser decidido em novembro e dezembro próximos, em negociações dos parlamentares com o presidente da República eleito.



Para João Alberto, relator da LDO, parlamentares não aceitam mínimo abaixo de R\$ 240

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA), relator do projeto da LDO, afirma que o Congresso não aceitará um salário mínimo abaixo de R\$ 240 no próximo ano e que os líderes, inclusive da base governista, manifestaram claramente esta posição durante as negociações da lei que orienta a ela-

boração do orçamento.

O aumento do salário mínimo sempre provoca polêmica durante as discussões e votações dos orçamentos federais. O problema existe porque o INSS paga o salário mínimo a cerca de 13 milhões de aposentados e, para bancar este gasto, é preciso identificar claramente onde sairá o dinheiro. Em junho, os deputados e senadores aumentaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 6 bilhões os recursos da reserva de contingência do orçamento, prevendo que uma parte seria usada para elevar o salário mínimo para os R\$ 240. O presidente da República vetou este aumento da reserva.

O projeto enviado pelo executivo estabelece que os funcionários públicos federais terão um reajuste geral de 4% a partir de 1º de janeiro.

Treinamento pode permitir dedução em dobro

Empresas que disponibilizarem cursos de aperfeiçoamento aos seus empregados poderão ter incentivo fiscal equivalente ao dobro dos gastos com os cursos. A proposta é de autoria da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES). O relator da matéria, senador Lauro Campos (PDT-DF), apresentou parecer favorável e substitutivo ao projeto, que aguardam entrada em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em seu parecer, o relator acentua as mudanças provocadas pelos avanços tecnológicos no processo educacional dos trabalhado-

res. Ele entende que a educação formal já se tornou insuficiente para uma formação rápida e eficiente em novas tecnologias produtivas.

— Existe um enorme déficit qualitativo de mão-de-obra, que nos faz temer pela necessidade de, muito em breve, o Brasil ser forçado a flexibilizar sua política imigratória, com a única finalidade de evitar o estrangulamento da produção competitiva — alerta.



Lauro Campos apresentou parecer favorável ao projeto

Lauro Campos defende que a proposta seja convertida em lei, mas observa em seu substitutivo que o Regulamento do Imposto de Renda já prevê a dedução dos gastos realizados com a formação profissional de empregados.

— O projeto não inova na matéria. Contudo, ao permitir a dedução em dobro, aumenta o incentivo aos empregadores para tomar a iniciativa — acrescenta.

CCJ deve votar isenção de imposto sobre doações

Está pronto para votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) parecer à proposta de emenda à Constituição (PEC) que proíbe a cobrança de impostos sobre doações de mercadorias e serviços às entidades sem fins lucrativos de assistência social.



Santos é autor da PEC que favorece entidades de assistência social

O senador Amir Lando (PMDB-RO) apresentou parecer favorável à proposta, de autoria do senador Ricardo San-

tos (PSDB-ES).

O texto da PEC especifica que essas entidades devem estar devidamente registradas nos órgãos oficiais e que as doações se destinem a projetos e atividades que contribuam para erradicar a pobreza e a marginalização social.

Ricardo Santos argumenta que a lei tributária não distingue movimentação de bens e realização

de serviços com finalidade comercial daquelas promovidas como ato de caridade.

— As empresas, ao realizar uma doação, têm suas contribuições duplamente oneradas, pelo custo dos produtos doados e, também, pelos impostos indiretos que incidem sobre os produtos e serviços transferidos a essas instituições — observou.

Com o projeto, Ricardo Santos objetiva corrigir essa distorção, que, segundo ressalta, não só dificulta, mas até inibe a prática de doações voluntárias das empresas.

Projeto de Ornélas prioriza fundos de assistência social

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) entregou à Mesa do Senado projeto que inclui as contribuições para os fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional de Assistência Social na relação dos casos que possibilitam dedução do Imposto de Renda.



Doações podem crescer se empresas optarem por dedução, diz Ornélas

A legislação específica sobre o assunto, explica o senador, permite deduções do Imposto de Renda apenas quando o destino da doação é um dos fundos controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

— Não há qualquer justificativa para tratamento tributário diferenciado entre as doações a esses fundos, visto que ambos cumprem basicamente funções da mesma natureza e, em tudo o mais, estão inseridos em sistema legal e operativo idêntico — argumenta.

Ornélas explica que a legislação em vigor permite que pessoas físicas deduzam até 6% do Imposto de Renda devido se fizerem contribuições para os fundos da cri-

ança e do adolescente, em favor de projetos culturais ou atividades audiovisuais. Para as pessoas jurídicas a dedução é de 1%.

O senador informa, no entanto, que apenas uma porcentagem muito pequena das empresas,

entre as quase 190 mil que apresentam declaração pelo lucro real, tem feito doações aos fundos da criança e do adolescente. Potencialmente, acrescenta Ornélas, citando dados do Ministério da Fazenda, a doação das empresas poderia alcançar o montante de R\$ 99 milhões se todas que têm imposto a pagar optassem pela dedução. Os valores doados em 2000, entretanto, afirma, equivalem a 6% desse potencial.

Como o sistema da criança e do adolescente atrai doação de apenas 500 das quase 80 mil empresas potencialmente doadoras, o senador acredita que ele não será prejudicado com a permissão de deduções também para doações angariadas pelos fundos de assistência social.

Senado nas eleições

A Justiça Eleitoral iniciou a implementação do voto eletrônico de forma gradual, começando pelas eleições municipais de 1996, abrangendo 32% do eleitorado.

Nas eleições gerais de 1998 — para presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais —, o voto eletrônico continuou sendo utilizado, atingindo quase 57% do eleitorado. Nas eleições municipais de 2000, chegou-se à informatização total, situação que deverá se repetir nas eleições gerais deste ano.

A divulgação dos resultados das eleições é realizada através da imprensa e pela Internet, garantindo-se aos partidos políti-

Faltam 37 dias para as eleições

cos, candidatos e cidadãos acesso rápido às informações. Nas eleições municipais de 2000, o resultado final das eleições em quase todo o território nacional foi divulgado em menos de 24 horas.

Os votos de cada urna eletrônica são gravados em três meios magnéticos, dois *flash card* e um disquete. Os disquetes são lidos em cada um dos municípios e os dados neles contidos são transferidos pela rede de comunicação para os tribunais regionais eleitorais e, em seguida, enviados para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), onde são divulgados através dos meios de comunicação.

Fonte: TSE

Recado ao leitor



Nestas eleições, os eleitores irão renovar dois terços do Senado, ou seja, nós teremos a oportunidade de eleger dois senadores. O Senado conta com 81 parlamentares e cada estado tem três representantes, de forma igualitária. Isso faz do Senado a Casa mais representativa do Poder Legislativo.

Senador Carlos Wilson (PTB-PE)

